

MAQUIAVEL: ÉTICA E POLÍTICA: Uma crítica da crítica

Machiavelli: Ethics and Politics. A critique of criticism

*Carlos Nunes Guimarães**

RESUMO

O artigo faz uma leitura crítica sobre alguns intérpretes do autor florentino Nicolau Maquiavel, abordando o tema sobre ética e política. É elaborada uma análise acerca das proposições de Maquiavel, onde se defende que o secretário da chancelaria de Florença apresentou um pensamento político que não prescinde de preocupações éticas. Para o diplomata de Florença a política não é meramente uma técnica fria, calculada, mas é portadora de um valor, de um bem, há assim uma ética implícita nas ações políticas, ou a preocupação com uma nova moralidade, para além da compreensão da moral cristã que moldava os comportamentos políticos de seu tempo. Desta forma nosso autor se diferencia do que estava estabelecido, todavia, apresenta um pensamento que não separa a ética da política.

PALAVRAS-CHAVE: Ética; Republicanismo; Realismo Político.

ABSTRACT

The article makes a critical reading of some interpreters of the Florentine author Niccolò Machiavelli, addressing the topic of ethics and politics. An analysis of propositions about Machiavelli, where it argues that the chancery clerk of Florence presented a political thought that does not obviate ethical concerns is developed. To the diplomat Florence politics is not merely a cold, calculated technique but carries a value of an asset, so there is an implicit ethics in political actions, or concern with a new morality, beyond the comprehension of the moral Christian that shaped the political behavior of his time. Thus our author differs from what was established, however, presents a thought that does not separate ethics from politics..

KEYWORDS : Ethics; Republicanism; Politics realism.

* Doutor em Filosofia pelo programa Integrado de Doutorado – UFPB/UFRN/UFPE. Professor da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Patos (PB). carlosguimaraes@hotmail.com.br

Ética e Política: o debate interpretativo

A abordagem que será feita sobre ética e política em Maquiavel comporta o estudo de vários autores e a demonstração de como eles ofereceram contribuições ao tema ao longo da história das ideias políticas, tentando desvendar o ‘enigma Maquiavel’ em relação a este intrincado tema. Antes, porém, uma breve introdução histórica.

A relação entre ética e política é um debate que nos remete às clássicas formulações. Encontramos nos textos de Platão e Aristóteles uma similitude na abordagem, apesar de entre ambos haver discordâncias quando vão tratar das organizações políticas ideais. Estes dois filósofos conduzem a discussão até a emergência do Cristianismo, que acrescentou novas reflexões ao tema. De acordo com Norberto Bobbio, trata-se de um “velho tema e sempre novo, porque não existe questão moral, em qualquer campo que seja proposto, que tenha encontrado uma solução definitiva”¹.

A tensão que envolve esta relação (ética e política) não preocupava o homem Greco-romano, forjado por condutas, padrões e valores a partir do que emanava do Estado. Os conceitos de homem e de cidadão não estavam em dissonância. Era da *polis* que brotavam os códigos de comportamento. Para Aristóteles, a ética atinge sua plenitude no mundo da política. É através da ética que o indivíduo se torna bom cidadão. Portanto, a relação entre ética e política desde a Grécia clássica era tratada sob

¹ BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política: A filosofia política e as lições dos clássicos*. Organizado por Michelangelo Bovero. Trad., Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus 2000.

uma mesma perspectiva.

A obra de Aristóteles, *A Política*, pode ser vista como uma continuação do primeiro tratado sobre ética: *Ética a Nicômaco*. Conforme registra Vergnières (1988), “no livro I da *Ética a Nicômaco*, a ética aparece como parte (ou introdução) desta “ciência arquitetônica” que é a política e que tem por fim o bem do homem; ela possui finalidade específica, o bem do indivíduo, cuja realização é largamente condicionada pelo do bem da cidade”². Para o estagirita, há, portanto, uma vinculação indissolúvel entre ética e política. Compreende o Filósofo que a moral se efetiva na vida política, desta forma, somente na *polis* é possível ao homem se realizar desenvolvendo as virtudes éticas.

A relação entre ética e política revela-se nas obras referidas, nas quais Aristóteles registra que a “política põe o seu principal cuidado em fazer com que os cidadãos sejam seres de uma certa qualidade, isto é, pessoas honestas e capazes de nobres ações”³ ou “o verdadeiro político é também aquele que se entregou especialmente ao estudo da virtude, porque ele quer fazer dos seus concidadãos pessoas virtuosas e obedientes às leis”⁴. Conclui o grande pensador que “o estudo da virtude depende da política”⁵.

Com o Cristianismo foram acrescentados novos valores, sendo identificado a partir daí o governante virtuoso como aquele representante

2 VERGNIÈRES, Solange. *Ética e Política em Aristóteles: physis, ethos, nomos*. Trad., Constança Marcondes Cesar. São Paulo: Paulus, 1998.

3 ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. I, 10, 1099 b 30-32.

4 ARISTÓTELES. Op., cit., I, 13, 1102 a 7-10.

5 ARISTÓTELES. Op., cit., I, 13, 1102 a 12.

da vontade de Deus e que reina sobre a comunidade dos homens, conduzida por uma moral traduzida pela Igreja Católica. Desta forma, o Cristianismo inaugurou uma nova visão de mundo e introduziu um conflito na relação entre ética e política que o homem moderno dele não consegue se afastar.

Compreende Norberto Bobbio que somente no século XVI esta oposição entre ética e política é assumida como problema prático, então surge a necessidade de oferecer a esta questão alguma explicação. E aponta o que considera, neste debate, o “texto canônico”: *O Príncipe*, de Maquiavel, chamando a atenção em particular, para o Capítulo XVII desta obra, que impactou de forma extraordinária a noção de uma política idealizada que possa produzir o bem somente pelos caminhos do bem. A partir do secretário florentino, a política vista como a busca de resultados, a ética ganhou nova noção.

No Capítulo XVII de *O príncipe*, Maquiavel admite que:

Quanto mais seja louvável em um príncipe, manter a fé, vivendo com integridade e não com astúcia, qualquer um compreende: não obstante a experiência mostra que, em nossos tempos, fizeram grandes coisas aqueles príncipes que a fé tiveram em pouca conta. (grifo nosso).

Analisando a assertiva do diplomata de Florença, vê-se que a chave da questão está na expressão ‘grandes coisas’. Não se trata de discutir questões *a priori*, mas de realizações da política, ou seja, dos resultados obtidos através da ação política, desta forma, a discussão, sobre ética

ganha novos parâmetros, isto é, terá de ser discutida sobre outra perspectiva. Mas, como pode ser entendida a relação entre ética e política? Em busca de esclarecer a intrincada questão, passamos a analisar a abordagem de autores que se destacaram nas interpretações do pensamento do secretário florentino, tratando deste tema.

Roberto Ridolfi: uma explicação biográfica

O italiano e também florentino Roberto Ridolfi, (1899-1991), o mais consultado biógrafo de Maquiavel, propõe a tese de que a questão da moral no autor dos *Discursos*, não se limita aos valores da pátria, que ele tanto amava, Ridolfi reconhece que aquela é um parâmetro para a moralidade maquiaveliana. Todavia, em se tratando de moral, seu biografado vai além e utiliza as próprias palavras de Maquiavel para defini-lo como “duas pessoas diferentes, de conjunção quase impossível, conjuntas”⁶.

Mas sabemos que com frequência Maquiavel escrevia Estado e pensava pátria, e, além disso, sabemos que mesmo que muitas páginas dos *Discursos* e de *O Príncipe* pareceriam legitimar a conclusão a que chegou de que a pátria é o limite e o pressuposto da moralidade maquiaveliana, a Maquiavel deve ser reconhecido um conceito de moralidade que vai além daquele limite, deve-se perceber em sua obra ‘amplos sinais de austeridade e de dolorosa consciência moral’⁷.

⁶ Ridolfi se refere ao livro VIII da *História de Florença*, quando Maquiavel emprega esta frase referindo-se a Lourenço de Medici. Cf. *Istorie Fiorentine*. Libro VIII, In: *Machiavelli, Tutte Le Opere storiche, politiche e letterarie*, op.,cit. ou *História de Florença*. Trad., Nelson Canabarro. São Paulo: Musa editora, 1994, p. 423.

⁷ RIDOLFI, Roberto. *Vita di Nocoló Machiavelli*: Firenze: G.C. Sansoni Editore, 1978. A última frase em aspas, é uma referência ao filósofo italiano Benedetto Croce.

A defesa de Ridolfi é carente de maiores explicações sobre a “dolorosa consciência moral” do autor de *O Príncipe*, e sobre as “duas pessoas diferentes”, que compreendemos referir-se a separação entre a vida (moral) privada e o pensamento político do florentino, na condição de homem com responsabilidades de Estado (moral pública).

Pelo que informa o próprio Ridolfi e tantos outros que se dedicaram ao estudo da vida de Maquiavel, sua conduta pessoal era de um homem honesto, avesso à hipocrisia, de sinceridade nas relações pessoais; que registra em cartas ao filho, quando ausente “cumpras teu dever e farei de ti um homem de bem”⁸. Não lhe preocupava o acúmulo de bens materiais e vivia financeiramente em condições modestas, a despeito do cargo que ocupava no governo, enfim, um servidor público dedicado que colocava suas obrigações funcionais acima de suas questões particulares.

O famoso biógrafo estava chamando a atenção para a separação e o reconhecimento, já no próprio Maquiavel, entre a moral privada e a pública, a vida do próprio diplomata evidenciaria isto: uma conduta privada em contraste com a pública. Ridolfi aproxima-se da perspectiva weberiana, como veremos adiante, todavia, reconhecendo que a moral de Maquiavel está para além da responsabilidade como homem de Estado. Ridolfi citando outro italiano Giovanni Gentile afirma: “Da alta montanha foi chamada sua ética”, o biógrafo acrescenta que esta imagem expressiva poderá ser dita também da religião do secretário. Enfim, esta sentença confirma que Maquiavel apresentou novas interpretações a respeito de ética e de religião.

⁸ Carta ao filho Guido.

Max Weber: as duas éticas, da convicção e da responsabilidade

Uma das teses clássica sobre o tema foi a do sociólogo alemão Max Weber, numa famosa série de conferências sobre Ciência e Política. Ele também, como Bobbio, centra sua análises encontrando o núcleo do problema na questão religiosa e desta forma vê a incompatibilidade entre a ação política e os preceitos morais religiosos, como confronto entre duas éticas, a da convicção e a da responsabilidade. Assim, fala sobre uma Ética do Sermão da Montanha: “Onde se traduz a ética absoluta do Evangelho (...) a ética cósmica do amor nos diz: ‘não resistas ao mal pela força’, o político, ao contrário dirá: ‘deves opor-te ao mal pela força, ou serás responsável pelo triunfo que ele alcance”⁹.

Weber parece concordar com Maquiavel ao admitir que “quem deseja a salvação da própria alma ou de almas alheias deve, portanto, evitar os caminhos da política, que por vocação procura realizar tarefas bem diferentes que não podem ser concretizadas sem violência”¹⁰. Existe, pois, uma tensão latente entre a política e a religião, ou o “demônio da política e o Deus do amor”. Esta tensão, para Weber, pode explodir em um indissolúvel conflito. Maquiavel já havia percebido a impossibilidade desta conciliação. Mas, sem desconhecer que a política é povoada por “demônios” e se utiliza de inevitáveis meios violentos, Weber não exclui deste universo uma ética que a política deve observar. Max Weber expõe melhor a ética própria para o campo da política: “ética da

9 WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. Trad., Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix s/d, p., 11-112.

10 WEBER., Op., cit., p. 120.

responsabilidade” que representa a responsabilidade do político que deve responder por seus atos, e a “ética da convicção”, daquele que está convencido de agir corretamente e cumpre seu dever e “quanto aos resultados da ação, confia em Deus”. Trata-se, portanto, da ética da convicção e da responsabilidade, que interpretamos como uma ética dos meios e a outra dos fins, esta última, apropriada para atividade política. Embora se deva reconhecer que aquele que age com a ética da responsabilidade não lhes falta convicção, ou aquele que opta pela ética da convicção não tenha responsabilidade.

A ética da responsabilidade é a ética dos fins, ou aquela que se tem em conta a consequência das ações, não apenas para ele, indivíduo isolado, mas para uma comunidade que representa. Nesta perspectiva a ética da responsabilidade não concede oportunidade as convicções morais para impedir que a ação política prenda-se nas amarras dos meios e impeça as “grandes coisas” que da política deve resultar.

O defensor da ética da convicção, ou podemos dizer o ‘moralista’ cuida para manter pura esta sua doutrina, não aceitando as ações que possam macular sua consciência pessoal, todavia, esses atos revelam-se nas práticas “irracionais, visam apenas aquele fim: estimular perpetuamente a chama de sua própria convicção”¹¹. É uma moral privada que atende à consciência de seu próprio agente, para que este fique de bem consigo mesmo. Esta posição tão tendente a denunciar a política sem moral, em sentido oposto propõe uma moral longe da política, uma moral que não admite ação para não macular seus princípios.

¹¹ WEBER. Op., cit., p. 114

Esta moral, dita de princípios, não nega o conhecimento das consequências de seus atos, todavia, não se responsabiliza por eles. Mais valem os princípios que ela encarna do que o resultado que deles pode resultar. Como afirma Vasquez: “esta moral da convicção ou dos princípios, vem proclamar a máxima de ‘salvem-se os princípios, ainda que o mundo afunde’ (*Fiat justitia, pereat mundus*). Este absolutismo dos princípios constitui o caldo de cultivo do sectarismo e do fanatismo políticos”¹². Ao contrário, a ética da responsabilidade não se subordina a valores previamente construídos, mas seu julgamento dá-se com os resultados obtidos pelas ações, uma vez que a atividade política destina-se a produzir resultados eficientes.

Esta antinomia entre a ética da convicção e da responsabilidade não parece apresentar solução, uma vez que não se pode mais afirmar, como no discurso religioso de que o bem só gera o bem e o mal somente o mal. No mundo da política não é possível esta afirmativa.

Isaiah Berlin: as duas religiões, pagã e cristã

Em busca de compreender as posições maquiavelianas acerca desta questão, o historiador das ideias políticas, professor da Universidade de Oxford, Isaiah Berlin, em um ensaio primoroso: *A Originalidade de Maquiavel*¹³, após analisar as posições de tantos outros intérpretes,

12 VASQUEZ, Adolfo Sanches. *Ética e política. En publicacion: Filosofia Política Contemporânea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias-Sociales\CLACSO, 2006.

13 BERLIN, Isaiah. *Originalidade de Maquiavel*. IN: Estudos Sobre a Humanidade,

conclui contra uma assertiva que se gravou na história do pensamento político, isto é, aquela que afirma ter Maquiavel separado a ética da política. Berlin contesta esta interpretação. Maquiavel não separou a ética da política. Berlin discorda desta proposição que tem se sustentado através de analistas destacados como Friedrich Meinecke ou Benedetto Croce, como veremos a seguir.

Para Berlin, o que o autor de *O Príncipe* realizou foi algo bem mais do que apenas promover a autonomia da política ou retirar-lhe as amarras morais. Na visão de Isaiah Berlin, Maquiavel apresenta uma diferenciação entre dois mundos portadores de dois valores distintos, um cristão e outro pagão: duas moralidades. Uma é a moralidade pagã, composta de valores como “vigor, coragem, fortalecimento na adversidade, realização pública, a ordem, a disciplina, a felicidade, a força, sobretudo a afirmação das reivindicações apropriadas de cada um e o conhecimento e o poder necessários para assegurar que sejam satisfeitas”¹⁴.

Estes valores pagãos, pelos quais o florentino faz sua escolha, segundo Berlin, colocam-no em contraposição aos valores da moralidade cristã, que são:

O amor ao próximo, a caridade, sacrifício, misericórdia, perdão dos inimigos, o desprezo aos bens deste mundo, a fé na vida depois da morte, a crença na salvação da alma individual como algo de incomparável valor – mais elevado que todo objetivo social, político ou qualquer outro propósito terrestre, qualquer outra consideração econômica, militar ou estética¹⁵.

uma antologia de ensaios. Trad., Rosaria Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2002., p. 314.

14 BERLIN. Op., cit., p. 314

15 BERLIN. Op., cit., p. 314

Apoiado nesta compreensão de duas éticas, uma cristã e outra pagã, o autor de *A Originalidade de Maquiavel*, desenvolve sua análise concluindo que o secretário não separou a moral da política. Com efeito, ele critica a moral cristã. No Cristianismo, Maquiavel localiza as fraquezas morais dos italianos, no paganismo dos antigos romanos via só virtudes. O autor dos *Discursos* se detém em muitas páginas sobre religião e trata inclusive dos rituais dos antigos e dos modernos, e o papel que estes desempenhavam na formação da moral dos italianos. Berlin chama a atenção, portanto, para a importância da religião para a compreensão de uma ética em Maquiavel, concluindo que a ética cristã é incompatível com a política, o que não significa a inexistência de uma ética no pensamento de Maquiavel. “Os princípios cristãos enfraquecem as virtudes cívicas dos homens (...) pode-se salvar a alma, ou pode-se fundar e manter um grande e glorioso Estado; mas nem sempre as duas coisas ao mesmo tempo”¹⁶. Maquiavel, portanto, não separou a ética da política e Berlin argumenta contra esta conhecida sentença por considerar que esta contém duas interpretações errôneas básicas:

A primeira é que a colisão se dá entre a ‘moralidade cristã’ e a ‘necessidade política’. Isto implica numa incompatibilidade entre, por um lado, a moralidade – a região dos valores últimos buscados por si mesmos, valores cujo reconhecimento é unicamente o que nos torna capazes de falar de ‘crimes’ ou de condenar ou justificar algo moralmente -, e por outro lado, a política- a arte de adaptar os meios aos fins, a região das habilidades técnicas, do que Kant devia chamar de ‘imperativos hipotéticos, que assumem a forma “Se você quer realizar x, faça y (por exemplo, traia um amigo, mate um inocente)”, sem necessariamente perguntar se x, é intrinsecamente desejável ou não. Este é o

16 BERLIN. Op., cit., p. 319.

núcleo do divórcio entre a política e a ética que Croce e muitos outros atribuem a Maquiavel. Mas me parece basear-se em um erro¹⁷.

Berlin reconhece que Maquiavel se depara com dois mundos, o da moralidade pessoal e o da organização pública. Há dois códigos éticos, ambos supremos, não são duas regiões ‘autônomas’ uma da ‘ética’ outra da ‘política’, mas duas alternativas exaustivas entre dois sistemas conflitantes de valores¹⁸.

Pelas conclusões de Isaiah Berlin, o secretário florentino contrapõe duas éticas, a pagã e a cristã. Certamente que as agudas críticas de Maquiavel ao Cristianismo e a Igreja Católica e em concomitância os elogios a religião dos antigos romanos (paganismo), levaram a conclusão do ilustre professor de Oxford.

Nossa interpretação sobre o pensamento do secretário aponta que este não se deteve em analisar e fazer esta escolha entre as duas éticas. Maquiavel não faz escolhas entre elas. Não estabelece pressupostos diante das ações políticas baseadas numa ética pagã, mesmo que reconheça que esta desempenhou relevante papel na formação da moralidade em toda história romana, desde Rômulo. Mesmo que reconheça e admita que sem a religião as repúblicas não se mantêm, isto não autoriza a afirmativa de que há uma opção pelo paganismo e sua moral.

17 BERLIN. Op., cit., p. 322.

18 BERLIN. Op., cit., p. 328.

Benedetto Croce : a autonomia da política

Em sua obra *‘Ética e Política’* (1924), o teórico italiano Benedetto Croce, analisa as relações entre economia, ética e política. Este filósofo napolitano desenvolve um capítulo especial dedicado as interpretações acerca do secretário florentino que é apresentado como aquele primeiro a descobrir a necessidade da autonomia da política. Para Croce, o autor de *O Príncipe* teve o grande mérito de demonstrar o dissídio entre a ética e a política:

É sabido que Maquiavel descobriu a necessidade e a autonomia da política, que está mais além, ou melhor, aquém do bem e do mal moral, e que tem leis contra as quais é inútil rebelar-se, e não pode ser exorcizada nem expulsada do mundo com água benta¹⁹.

Conforme analisa o filósofo napolitano, o realismo político de Maquiavel impede de fechar os olhos diante da verdadeira natureza humana. A consideração deste ‘sentimento amargo’, desta ‘austera e dolorosa consciência moral’²⁰ não permite que seja considerado um imoral, como de forma simplista muitos o tem considerado. A autonomia da política atribuída a Maquiavel não o torna imoral. Por isto, Croce chama a atenção para que antes de se fazer a famosa exaltação dos elementos diabólicos da política, há o entendimento de Maquiavel que não é diabólico o bem da pátria, que se realiza pela exaltação da *virtù* política.

Pensa, então, este autor, que os verdadeiros seguidores de

19 CROCE, Benedetto. *Ética e Política*. Ediciones Imán. Buenos Aires, s/d.

20 Frase também citada por Roberto Ridolfi.

Maquiavel devem se esforçar para entender o conceito de ‘prudência’, ‘sagacidade’ (*avvedutezza*), enfim, a *virtù* política, sem, contudo, confundir com “virtude moral”, nem tampouco fazer a simples negação desta.

A autonomia da política ‘descoberta’ por Maquiavel, é uma necessidade porque este dissídio entre ética e política transforma-se, enfim, num componente positivo da liberdade e da capacidade criadora da potencialidade humana. Diante de sinais tão evidentes e de “uma consciência moral austera e dolorosa, é surpreendente que se tenha falado tanto da imoralidade de Maquiavel; embora saibamos que o vulgo somente considera moral a junção moralista e a hipocrisia”²¹. Para Croce, Maquiavel ao descobrir a autonomia da política acabou por dividir sua alma da mente e o secretário sente tristeza diante da “necessidade de sujar as mãos para tratar com gente suja”²².

Benedetto Croce se alinha, como outros intérpretes de Maquiavel, na análise entre ética e política, a partir da contradição com o pensamento religioso. Esta antinomia se revela entre Cidade de Deus e a cidade terrestre (*la civitas Dei e la civitas terrena*) e depois entre a Igreja e o Império. Baseado na avaliação da autonomia da política, ou na inauguração da política pura operada pelo secretário florentino, Benedetto Croce afirma que:

A continuação do pensamento de Maquiavel não se deve buscar entre os maquiavelistas, que continuam sua casuística e seu ceticismo político e discorrem sobre a ‘razão de Estado’, nem entre os anti-maquiavelistas, que proclamam a fusão e identificação da política com a moral e idealizam Estados construídos segundo os ditames da bondade e da justiça; nem entre os ecléticos que justapõem teorias orais e teorias políticas, e em lugar de resolver as antinomias,

21 CROCE. Op., cit., p. 218.

22 CROCE. Op., cit., p. 219.

as reduzem e trivializam, convertendo-as em desgraças e inconvenientes que acontecem na vida, porém que tem um caráter puramente acidental.²³

O autor de *Ética e Política* enfrenta o discurso já muito disseminado de que a ‘sujeira’ da política faz afastar dela aqueles homens honrados. Para Croce é um discurso presunçoso esta exigência da “honradez” na política. “É um ideal que encanta a alma dos tolos que declamam utopias”. Este discurso “tolo” repete que os destinos do país devem ser entregues a homens competentes e honrados que deviam, portanto, tratar a política assim como fazem os:

Químicos, físicos, poetas, matemáticos médicos, pais de família, etc., e a todos se exigiria como requisito fundamental a bondade de intenções, o desinteresse pessoal, e, junto a eles conhecimento em destreza em qualquer ramo da atividade humana, aparte a habilidade propriamente dita, esta deveria resultar do cruzamento da honradez e a competência técnica²⁴.

De uma perspectiva realista, não é possível demonstrar que tipo de política poderia surgir desta ‘assembleia de técnicos honrados’. Segundo Benedetto Croce a história nunca realizou este ideal e nem demonstra desejo de realizá-lo. Mas, o que afinal é honradez na política? Para este autor não é mais que a capacidade de o político cumprir seu papel, de desenvolver suas habilidades a serviço da política, como o médico e o cirurgião não podem matar seus pacientes por ineficiência alegando boas intenções, ‘honradez’²⁵.

Benedetto Croce conclui que a grande verdade de Maquiavel foi

23 CROCE. Op., cit., p. 219

24 CROCE. Op., cit., p. 146.

25 CROCE. Op., cit., p. 147.

justamente ter afirmado que a política é autônoma, que exige uma virtude completamente diversa da moral religiosa cristã, e isto é uma “conquista definitiva como uma verdade eternamente válida”²⁶.

A leitura croceana sobre Maquiavel, apesar de seu grande valor, acaba por trilhar por caminhos que não permitem enxergar ações morais nas propostas do florentino. Esta análise aponta para a inoportunidade de subjugar a ação política a preceitos morais, daí a necessidade da autonomia completa da política para poder desembaraçá-la de quaisquer impedimentos. O filósofo napolitano defendeu o secretário florentino das acréscitas que este recebia por ter ‘descoberto’ o caminho da ‘autonomia da política’. Croce não nega que Maquiavel desconheça a moral, aliás, tinha uma “austera e dolorosa consciência moral”. O que faz Maquiavel é não submeter a ação política a moral, embora não a negue. Todavia, nosso entendimento aponta uma discordância desta análise. Se considerarmos que a política é completamente autônoma, ela se realiza em si e por si mesma. A política não presta contas a ética ou qualquer outra dimensão da vida humana. Se assim compreendemos a política ganhando vida própria sem nenhum compromisso com outros valores, ela pode ser apropriada para finalidades que nega sua própria criação.

A autonomia da política pode significar que ela pode ser mero instrumento utilitário para realização de desejos de déspotas sem nenhum compromisso com valores éticos ou necessidades coletivas. Em Maquiavel há uma finalidade na política. Em suas obras são muitas as referências sobre ‘bem comum’, ‘defesa da pátria’ ‘segurança’ ‘liberdade’. Estes

26 CROCE. Op., cit., p. 159.

termos são portadores de valores morais. A política não se limita a uma moralidade *a priori*, todavia, não há dissídio definitivo entre ambas.

Reconhecemos que, em Maquiavel, não são as orientações morais que determinam as ações políticas, mas, ao contrário, das ações políticas surgem os resultados com seus efeitos morais.

Ernst Cassirer: Maquiável, o técnico da política

Seguindo caminho semelhante duas décadas depois de Benedetto Croce, o filósofo polonês e então professor na Universidade de Yale (USA), Ernest Cassirer, escreveu uma obra que é referência em estudos de filosofia política contemporânea: *O Mito do Estado*²⁷, publicada em 1946, um ano após sua morte. O autor se dedica em três longos capítulos a dissertar sobre o pensamento de Maquiavel. Cassirer elogia as argumentações de Maquiavel “de lógica impecável”, segundo entende, o fim desejado foi alcançado: “o Estado ganhou autonomia completa”. Prossegue a análise de Ernst Cassirer

O Estado é completamente independente: mas ao mesmo tempo está completamente isolado. A lâmina afiada do pensamento de Maquiavel cortou todos os laços pelos quais nas gerações passadas o Estado estava ligado ao todo orgânico da existência humana. O mundo político perdeu a ligação não somente com a religião e com a metafísica, mas também com todas as restantes formas de vida ética e cultural do homem. Permanece só num espaço vazio²⁸. (Grifo nosso).

27 CASSIRER, Ernest. *O Mito do Estado*. Trad., Daniel Augusto Gonçalves. Lisboa: Publicações Europa-América.

28 CASSIRER. Op., cit., p. 179.

Para este autor, representante da tradição neokantiana, o que Maquiavel escreveu assumiu proporção maior de que o florentino podia prever. Maquiavel escreveu a partir de suas experiências pessoais. Todavia, o maquiavelismo que deve ser distinguido de Maquiavel, ampliou muitas vezes aquilo que o secretário fez pensando em sua realidade e em sua época, ou nos principados italianos. “Agora podemos estudar o maquiavelismo visto através de uma lente de aumento”²⁹.

A análise de Cassirer prossegue afirmando que não há inocência em Maquiavel. O secretário tem ciência do que está propondo: Fraudes, crimes, violência, para que um príncipe, qualquer que seja, permaneça no poder. Todavia, de acordo com o autor de *O Mito do Estado*, o ‘maquiavelismo’ ganhou maior dimensão à medida que vai perdendo espaço a teoria do jusnaturalismo, que estava envolta em uma dimensão moral que nem mesmo o soberano dela escapava. Apesar de o soberano não ser constringido legalmente, isto não o dispensava de obrigações morais. A teoria do direito natural não conhecia o ‘conceito de um Estado totalitário’, o Estado não detinha total controle sobre a vida privada dos indivíduos³⁰.

Mas, o século XIX faz surgir uma nova leitura sobre o Estado, que é inaugurada pelo prestígio do filósofo Hegel, com a corrente filosófica denominada historicismo. A este respeito Norberto Bobbio afirma que:

A idéia do Estado-razão chega até Hegel, que define o Estado como “o racional em-si e para-si”. Mas Hegel é também o crítico mais impiedoso do jusnaturalismo: a razão de que fala quando, desde o início da “Filosofia do Direito”, anuncia querer compreender o Estado como algo racional em si não tem nada

29 CASSIRER. Op., cit., p. 180.

30 CASSIRER. Op., cit., p. 180.

a ver com a razão dos jusnaturalistas, os quais se deixaram seduzir pela idéia de delinear o Estado tal como deveria ser do que pela tarefa de compreendê-lo tal como é ³¹.

A referência bobbiana sobre Estado, em Hegel, que aludimos acima, refletiria para Cassirer o ‘espírito’ do Maquiavelismo. É mesmo por isto que Maquiavel encontrou nos ‘pensadores idealistas’ Fichte e Hegel, notáveis advogados e defensores do maquiavelismo. No século XIX, com esta nova doutrina política e jurídica, não há mais barreira de contenção intelectual ou moral capaz de ofuscar o maquiavelismo³². Maquiavel ofereceu as bases para o Estado totalitário, conclui Cassirer.

O texto de Ernest Cassirer deixa transparecer certa ambiguidade ao identificar Maquiavel com Hegel, e, ao mesmo tempo, reconhecer em *O Príncipe*, um livro técnico e somente isto, um livro técnico, nem moral, nem imoral. Para este autor, Maquiavel trata de ações políticas tal qual um químico estuda as reações químicas. Este técnico que prepara em seu laboratório um veneno fortíssimo não é responsável pelo uso que se lhe der. Conforme diz Cassirer: “nas mãos de um médico competente o veneno pode salvar, nas mãos de um assassino pode matar”³³. Maquiavel é interpretado assim como um técnico frio, sem nenhum comprometimento ético. Muito embora esta imagem não coadune com suas suas próprias afirmativas em páginas anteriores, quando afirma que “Todos os juízos de Maquiavel são juízos morais e políticos”, ou “Maquiavel não julga as

31 BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo.; Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna. Brasiliense, 1996, p. 96.

32 CASSIRER. Op., cit., p. 181.

33 CASSIRER. Op., cit., p. 195.

ações humanas de um ponto de vista ‘para além do bem e do mal. Ele não desprezava a moralidade...’³⁴.

De qualquer forma, a imagem de Cassirer acerca de Maquiavel, gravada na história das ideias políticas no século XX, é mesmo a do técnico frio que compenetrado em seu laboratório, manipulava fórmulas sem se interessar pelo seu uso posterior. Diz Cassirer que “Maquiavel nunca louva ou reprova as ações políticas”³⁵ Podemos objetar esta sentença com as avaliações de Maquiavel sobre Agátocles Siciliano, ou sobre Rômulo. Maquiavel nestes exemplos reprova e louva as ações políticas. No Capítulo VIII de *O Príncipe*, sobre Agátocles “A sua bárbara crueldade e desumanidade, e seus inúmeros crimes, não permitem que seja celebrado entre os mais ilustres homens da história”. Não há aqui um julgamento moral? Ou nos *Discursos*, Livro I, 09 “...o que demonstra que Rômulo merece ser absolvido da morte de seu irmão e de seu colega, e que agiu não para satisfazer uma ambição pessoal, mas em prol do bem comum”. A ação de Rômulo não é aqui louvada? E não há um julgamento envolvendo valores morais?

O técnico (Maquiavel) nem é imoral nem moral, é indiferente. Não existe ao julgar, reconhecimento de nenhum valor moral. Ora, se fosse assim, não haveria por parte do secretário florentino nenhuma necessidade de oferecer suas análises sobre Rômulo ou Agátocles, a mera descrição dos eventos bastaria.

Conforme entende Cassirer, para a política maquiaveliana como

34 CASSIRER. Op., cit., p. 186.

35 CASSIRER. Op., cit., p. 195.

técnica, nada é positivo ou negativo moralmente. Há uma suspensão do juízo. Aqui, não estamos como no pensamento de Benedetto Croce, apenas reconhecendo a autonomia da política diante da moral, mas da indiferença quanto à moral. No primeiro caso, há um reconhecimento da moral, todavia, a necessidade de não submeter-se a ela, ou lhe prestar contas. No caso em análise (Cassirer) da política como pura técnica a moral fica completamente alheia, não há necessidade de afastar-se dela, há uma indiferença; a política realiza-se como técnica e faça-se dela qualquer utilização, não importa se para o bem ou para o mal.

Esta total indiferença em relação a ética, não reconhece a defesa dos valores que se expressam nos *Discursos*, Livro III, Capítulo 03. Diz Maquiavel: “...Este escrúpulo era bom e prudente, contudo nunca se deve deixar o mal seguir seu curso, a pretexto de respeitar o bem, quando este último pode facilmente ser esmagado pelo mal”. Ou: “É dever do homem honesto apontar o caminho do bem, que o rigor da época e da sorte não lhe permite trilhar, na esperança de que, dentre todos os que puderem compreendê-lo, haja um, favorito dos céus, que siga este caminho.” Esta sentença de Maquiavel com a qual abre (Introdução) o Livro II dos *Discursos*, é uma manifestação inequívoca de julgamentos morais do autor sobre as formulações de sua política. Penso que assim afastamos a imagem do técnico frio da política.

Entendemos que em discordância das análises esboçadas por Ernest Cassirer, Maquiavel não é indiferente a valores éticos, não é alheio a conceitos sobre o bem ou o mal, o justo e injusto, suas proposições tem

uma expectativa de cumprimento de um determinado bem, um há um ‘*telos*’, onde a ética se revela.

Maquiavel: uma ética republicana

Para o Secretário florentino, princípios morais universais e avaliações éticas *a priori* não podem determinar o agir político. Não se deve, portanto, permitir que o Estado seja ameaçado em nome de um bem (meio) que pode se tornar um grande mal (fim). Maquiavel reafirmam suas preocupações com os valores, como o bem, o que coloca é que este bem não pode ser ameaçado por um mal que não se enfrenta por não querer ofender princípios morais de uma consciência privada moldada pelo cristianismo.

Podemos concluir destas declarações que, para Maquiavel, a política tem seus próprios caminhos éticos. Na política podem ser permitidos atos que não seriam aceitos em nenhuma outra relação entre os homens, dependendo da finalidade da ação e das circunstâncias para realizá-la. No âmbito privado estas ações são inadmissíveis. Entretanto, isto não significa que a política é completamente autônoma. A política deve ter o objetivo maior de construir um ambiente que ofereça estabilidade, segurança e liberdade e esta condição só será efetivada se o governante tiver como compromisso algo para além de sua própria realização pessoal. Não é o interesse individual, imediato, que justifica o fazer político, mas seu alcance histórico. O resultado tem que transcender o agente, segundo Maquiavel:

Não basta, portanto, para a felicidade de uma república ou de um reino, ter um príncipe que governe com sabedoria durante sua vida; é necessário que o soberano organize o Estado de modo que, mesmo após sua morte o governo se mantenha cheio de vida³⁶.

Maquiavel sempre louva aqueles personagens que se dedicaram à construção de instituições duradouras e que superaram a busca de engrandecimento pessoal. Mesmo na Igreja Católica, alvo de tantas críticas, Maquiavel reconhece o valor de Julio II, o papa mais guerreiro do que Vigário de Cristo, que foi chefe de exército e sonhou em tornar-se senhor de toda Itália. Este “*uomo terribile*” lutava para a ampliação dos domínios da Igreja, instituição para a qual realizou grandes feitos. Julio II foi um príncipe que soube se fazer amado e temido, utilizando sua *virtù* para construção de algo que permaneceu além dele. “Júlio II decidiu conquistar Bolonha, vencer os venezianos e expulsar os franceses da Itália, empreendimentos que foram todos exitosos. (...) agiu visando aumentar o poder da igreja, e não o de qualquer pessoa em particular”³⁷.

Nosso autor sabe que nenhuma instituição é eterna, todas estão sujeitas às contingências, inevitavelmente cumprirão seu círculo e irão perecer. Devem, portanto, saber retornar ao seu impulso criador para se re- vigorar com a ideia fundadora. Isto não impede, contudo, que Maquiavel exponha seu pensamento em defesa de instituições que sejam duradouras, estáveis, e é isto que o político deve buscar em primeiro lugar: criar instituições seguras, sólidas, que se sustentem em boas leis e aqui também se revela a opção maquiaveliana de um modelo que supere o governo dos

36 DISCORSI. I, 11.

37 IL PRINCIPE. XI.

homens e se imponha um governo de leis, republicano. E assim, defende um governo de leis que canalize para as instituições as demandas do povo, evitando que este (povo) utilize meios ‘próprios’ para resolução de suas contendas.

O autor chama a atenção para as paixões humanas, que se não encontrarem um canal legítimo para se manifestar “assumem uma importância extraordinária, que abala os fundamentos da república” . Estas medidas legais servem de amparo às liberdades cívicas e se revestem em duplo benefício para a república: em primeiro lugar, sabendo do funcionamento dos mecanismos de punição, “os cidadãos, temendo ser acusados, não ousam atentar contra a segurança do Estado, se tentam fazê-lo recebem imediatamente o castigo merecido” e em segundo lugar, “constitui uma válvula de escape às paixões que, de uma forma ou de outra, sempre fermenta contra algum cidadão” . Por isto Maquiavel defende um modelo de Estado que seja apoiado em um arcabouço legal capaz de garantir os valores republicanos, identificados com uma moral pública: “Uma das instituições mais importantes do Estado deve ser as que impede que os cidadãos possam fazer o mal à sombra do bem; e que só tenham a reputação que possa lhe ser útil e benéfica à liberdade” .

As leis devem, portanto, cuidar para que o povo possa ter mecanismos legais de manifestação, evitando as querelas privadas ou as calúnias que maculam a reputação dos cidadãos. De maneira que as disputas estejam sempre a sombra da ordenação e a punição seja “baseada apenas na força da lei e da ordem pública, cujos limites são conhecidos, e cuja

ação nunca é violenta o bastante para subverter a república”

O secretário florentino com sua perspicácia em defesa do modelo republicano reafirma que neste regime a reputação dos seus cidadãos deve estar protegida contra as calúnias, que devem ter severas punições. “A calúnia deve ser detestada nas cidades que vivem sob o império da liberdade, e como é importante criar instituições capazes de reprimi-la” . A república deve ordenar meios de denúncias, com o legítimo direito de defesa do acusado, caso contrário, as acusações tornam-se injuriosas. “As acusações exigem provas exatas, com a indicação das circunstâncias precisas, que demonstrem fatos” .

É recorrente em Maquiavel a necessidade de combater, sem tréguas, a corrupção. Um povo não pode realizar seu potencial em um espaço onde falta liberdade, que é sufocada pela ação maléfica da corrupção. O secretário se dedica em apresentar soluções para os tempos difíceis que ele deplora. Há uma declaração dos valores morais em Maquiavel quando ele denuncia as misérias de seu tempo:

Nada pode compensar a profunda miséria, a infâmia e a vergonha em que mergulhamos: uma época desastrosa em que se pisoteia religião, as leis e a disciplina; onde tudo se contamina de fealdade de toda espécie. Vícios estes ainda piores quando aparecem naqueles que presidem os tribunais, comandam os homens e se impõem à adoração pública .

Para o diplomata de Florença a política não é meramente uma técnica fria, calculada, mas é portadora de um valor, de um bem, há assim uma ética implícita nas ações políticas, ou a preocupação com uma nova moralidade, para além da compreensão da moral cristã que moldava os

comportamentos políticos de seu tempo. Desta forma nosso autor se diferencia do que estava estabelecido, todavia, apresenta um pensamento que não separa a ética da política. A política tem um compromisso com um bem final e este bem deverá ser atingido, mesmo que se em circunstâncias extremas, a necessidade imponha a utilização de meios que fogem das normas morais tradicionais. Entretanto, esta perspectiva não permite confirmar a máxima de que ‘que os fins justificam os meios’. Não são todos os fins que justificam quaisquer meios. A formulação do secretário é no sentido de que o resultado das ações, pode justificar os meios, dependendo do seu alcance e dos benefícios que o resultado se reveste. A política se desenvolve dependendo de circunstâncias, das forças em conflitos, até da *fortuna*, portanto, não é possível se reconhecer uma ética universal que a emoldure em um *dever-ser*, estabelecido aprioristicamente.

Encontra-se no arcabouço teórico maquiaveliano a condenação da utilização da política para satisfação de interesses privados. Concluímos, pois, defendendo a presença de uma ética republicana em Maquiavel, com suas próprias palavras, dirigidas aqueles que buscam o poder e orientando que estes devem ser guiados pelo espírito que se empenhe com interesse voltado “não a si, mas ao bem comum, não a sua própria sucessão, mas a pátria comum”. (*e che abbia questo animo, di volere giovare non a sé ma al bene comune, non alla sua própria successione ma alla comune pátria*).

Referências Bibliográficas

- ARISTÒTELES. *Ética a Nicômacos* Trad., Leonel Valancro e Gerd Borhein. São Paulo: Ed., Abril s/a Cultural, 1984.
- BERLIN, Isaiah. *A Originalidade de Maquiavel*. IN: *Estudos Sobre a Humanidade, uma antologia de ensaios*. Trad., Rosaria Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política: A filosofia política e as lições dos clássicos*. Organizado por Michelangelo Bovero. Trad., Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus 2000.
- CASSIRER, Ernst. *O Mito do Estado*. Trad., Daniel Augusto Gonçalves. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.
- CROCE, Benedetto. *Ética e Política*. Ediciones Imán. Buenos Aires, s/d.
- CROCE, Benedetto. *Una questione che forse non se chiuderà mai*. IN: *Quaderni della Critica*. Diretti da B. Croce. Luglio, 1949, no. 14. (Fondazione Biblioteca Benedetto Croce, Napoli).
- MACHIAVELLI, Niccolò. *Lettere*. A cura di Giuseppe Lesca. Firenze: Bompiani, s/d.
- MACHIAVELLI, Nicolò: *Tutte le Opere, storiche, politiche e letterarie*. A Cura di Alessandro Capata. Edizioni Integrali. Roma: Newton & Compton editori, 2011.
- RIDOLFI, Roberto. *Vita di Niccoló Machiavelli*: Firenze: Sansoni

Editore, 1978.

VASQUEZ, Adolfo Sanches. *Ética e política*. En publicacion: *Filosofia Política Contemporânea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias-Sociales\CLACSO, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/librs/secret/filopolconbr/Sanchez.pdf>.

VERGNIÈRES, Solange. *Ética e Política em Aristóteles : physis, ethos, nomos*. Trad. Constança Marcondes Cesar. São Paulo: Paulus, 1998.

WEBER, Max. *Ciência e Política, duas vocações*. Trad., Leonides Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix, s\d.